FIM DO SUBSÍDIO NO NOVO PLANO SAFRA

DA REDAÇÃO

Consolidando o movimento iniciado nas últimas versões, o Plano Safra 2020/2021 marca o fim do subsídio da taxa de juros do financiamento rural. Quem tem disponibilidade de recursos próprios deve utilizá-los!

A 29ª versão do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), referente à safra 2020/21, foi apresentada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em junho último. Além de traçar as diretrizes da produção agropecuária no País, o Plano Safra 2020/2021 define o montante de recursos e as taxas de juros para os financiamentos adquiridos por pequenos, médios e grandes produtores durante o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Consolidando o movimento iniciado nas últimas versões, o PAP da safra 2020/21 marca o fim do subsídio da taxa de juros do financiamento rural. No passado, quando o País convivia com um cenário de taxa básica de juros (Selic) elevada, o governo federal atuava no mercado, por meio do Plano Safra, subsidiando as operações de financiamento contratadas pelos produtores rurais a fim de assegurar que as taxas de juros cobradas pelos bancos fossem inferiores à taxa básica da economia. Para o próximo Plano Safra, a taxa de juros que mais se aproxima da taxa básica da economia – que, no momento de produção deste artigo, está em 2,25% – é a de custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com juros de 2,75% (0,50% acima da Selic), o que representa apenas 8,3% do total do crédito rural.

O Brasil caminha a passos largos para obrigar o setor financeiro a realizar empréstimos ao setor rural, mas apenas aos pequenos proprietários. Estes, sem uma obrigação para receber empréstimos, ficariam sem nada. Os médios e os grandes produtores já estão nas mãos do mercado. O mundo mudou.

Ainda assim, 55,3% dos recursos do Plano Safra têm como destino o financiamento do custeio de grandes produtores, com taxa de juros fixada em 6,0% ao ano. O financiamento de investimentos, destino de 24,1% dos recursos, possui uma taxa que varia de 4,5% a 7,5% ao ano. Ou seja, mesmo não havendo mais subsídio, ainda se canaliza recurso para os médios e os grandes que já foram empurrados para o mercado. Enquanto a Selic caiu mais de 50% entre os Planos Safra 2019/2020 e 2020/2021, a taxa de juros anunciada para a agricultura caiu, na média, 16,60%. Em quatro anos, a Selic caiu de 14,25% para 2,25% (-84,2%), enquanto o crédito para custeio, por exemplo, caiu de 9,50% para 6,00% (-36,8%) e o Moderfrota, de 8,50% para 7,50% (-11,8%).

Neste momento, a taxa de juros futuros para os próximos doze meses na B3 (a bolsa de valores oficial do Brasil) – que representa a expectativa dos agentes do mercado para a taxa Selic – está abaixo de 2,4%. Assim, nem mesmo o mercado espera uma elevação da Selic no próximo ano, o que derruba um possível argumento dos bancos para defender as elevadas taxas definidas pela política agropecuária que se apoie no risco de elevação da Selic pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Além disso, segundo o boletim Focus, do BCB, a expectativa do mercado é de que a inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) acumulada de 2020 seja de 1,6%. Considerando essa base para a inflação, as taxas de juros reais no Plano Safra 2020/2021 variam de 1,13% a 4,33% a.a. no crédito de custeio e de 2,85% a 5,81% a.a. no crédito de investimento. O produtor rural dificilmente conseguirá obter um retorno real acima de 2% nas suas aplicações bancárias. Desta forma, a melhor decisão é financiar a produção com recursos próprios.

ATENÇÃO À TAXA DE JUROS

Durante muitos anos, o agricultor brasileiro financiou a sua produção pagando uma taxa de juros real negativa (taxa de juros bancária descontada a inflação). Naquele cenário, com a parcela do financiamento sendo ajustada abaixo da inflação, o pagamento do empréstimo pesava, ao longo do tempo, cada vez menos no orçamento. No contexto atual, de juros do crédito rural positivos, o peso

SIMULAÇÃO DO FINANCIAMENTO DE UM TRATOR NO VALOR DE R$ 200.000, COM PAGAMENTO EM 36 MESES

PARCELAS	Valor da prestação (R$)		Preço da soja (R$/saca)*	Número de sacas para pagamento à vista	Número de sacas para pagamento a prestação	
	Cenário 1: taxa de juros de 4,25% a.a.	Cenário 2: taxa de juros de 7,50% a.a.			Cenário 1	Cenário 2
Entrada	20.000	20.000	100,97	1.981	198	198
Parcela 1	3.785	6.628	101,77		37	65
Parcela 2	39.785	42.628	102,59		388	416
Parcela 3	39.028	41.302	103,40		377	399
Parcela 4	38.271	39.977	104,23		367	384
Parcela 5	37.514	38.651	105,06		357	368
Parcela 6	36.757	37.326	105,89		347	352
TOTAL	**215.141**	**226.512**	–	**1.981**	**2.072**	**2.182**

*Preço médio no Paraná entre 1º e 23 de junho de 2020, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea); a cotação no momento da entrada foi corrigida considerando uma taxa de 1,6% a.a., a previsão do IPCA para 2020, segundo o boletim Focus, do BCB

da parcela do financiamento é maior, o que pode levar produtores desatentos a terem dificuldades de honrar suas dívidas.

Para se ter uma ideia do peso da taxa de juros sobre o resultado de um empréstimo, vamos simular o financiamento de um trator no valor de R$ 200.000, o qual se enquadra no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). A simulação considera dois cenários: (1) taxa de 4,25%, equivalente a metade da taxa de juros do PAP 2019/2020, acompanhando o corte de aproximadamente 50% na Selic nos últimos doze meses; e (2) taxa de 7,50%, definida no PAP atual.

Se um produtor de soja no Paraná optasse por realizar o pagamento à vista do trator, entregaria o equivalente a 1.981 sacas do cereal. Por outro lado, pagando em seis parcelas, ao longo de 36 meses, seriam necessárias 2.072 sacas no cenário 1 (+4,6%) ou 2.182 sacas no cenário 2 (+10,2%).

Na simulação, o preço da soja foi ajustado pela inflação ao longo dos 36 meses de financiamento. No entanto, passamos por um momento de preços em reais elevados em decorrência da demanda aquecida e da valorização do dólar. Imaginando outra situação, em que o preço não aumentaria, ou

RECURSOS PARA O CRÉDITO RURAL

(R$ BILHÕES)

FINALIDADE	Plano Safra 2019/2020	Plano Safra 2020/2021	Variação %
Custeio e comercialização	**169,33**	**179,38**	**5,9%**
Grandes produtores	127,27	130,61	2,6%
Pronamp* (médios produtores)	23,77	29,36	23,5%
Pronaf (pequenos produtores)	18,29	19,40	6,1%
Investimento	**53,42**	**56,92**	**6,6%**
Grandes e médios produtores	40,49	43,32	7,0%
Pronaf (pequenos produtores)	12,93	13,60	5,2%
RECURSO TOTAL DO PLANO SAFRA	**222,74**	**236,30**	**6,1%**

*Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
Fonte: DCI/SPA/MAPA

TAXAS DE JUROS DO CRÉDITO RURAL

FINALIDADE	Plano Safra 2019/2020	Plano Safra 2020/2021	Variação %
Custeio e comercialização			
Grandes produtores	8	6	-25,0%
Pronamp (médios produtores)	6	5	-16,7%
Pronaf (pequenos produtores)	3,00 e 4,60	2,75 e 4,00	-8,3% e -13,0%
Investimento			
Moderfrota	40,49	43,32	7,0%
Programa ABC[1]	12,93	13,60	5,2%
PCA[2]	40,49	43,32	7,0%
Inovagro[3] e Pronamp	12,93	13,60	5,2%
Moderinfra[4] e Moderagro[5]	40,49	43,32	7,0%
Prodecoop[6]	12,93	13,60	5,2%
Taxa Selic (% ao ano)	40,49	43,32	7,0%
IPCA – abril e maio (% ao ano)	12,93	13,60	5,2%

1 Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura; 2 Programa para Construção e Ampliação de Armazéns; 3 Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária; 4 Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido; 5 Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais; 6 Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
Fonte: DCI/SPA/MAPA

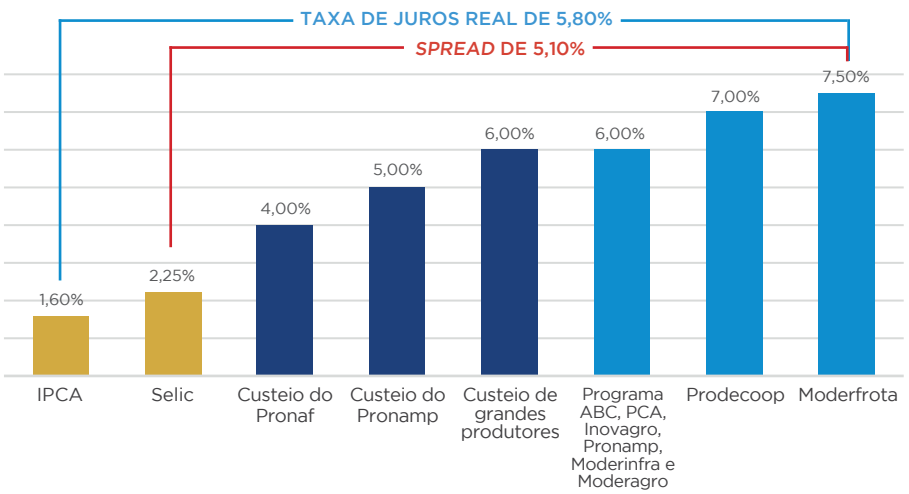
até mesmo desvalorizaria, devido à conjuntura do mercado, a quantidade de sacas de soja necessária para quitar o financiamento do trator poderia ser muito maior. Vale lembrar que o cenário 1 é hipotético, ou seja, é meramente demonstrativo. No novo PAP, está valendo o cenário 2.

O PAP 2020/2021

Analistas de mercado estimam que o orçamento total necessário para girar uma safra com custeio, comercialização e investimento esteja na ordem de R$ 650 bilhões a R$ 700 bilhões. A maior parte desse montante é financiada pelos próprios agricultores, pelas *tradings* e pelas empresas de insumos. Com recursos limitados para atender a demanda de crédito rural, o Governo optou, mais uma vez, por priorizar pequenos e médios produtores.

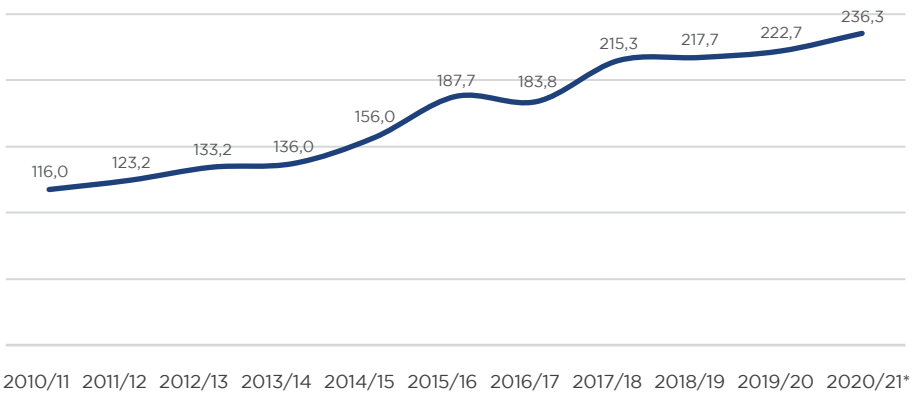
O orçamento total do PAP da safra 2019/20 é de R$ 236,30 bilhões, R$ 13,56 bilhões superior ao anterior (+6,1%). O incremento foi 4,4% superior à inflação dos últimos doze meses (abril de 2019 a maio de 2020). Do total, R$ 179,38 bilhões (+5,9%) serão destinados a custeio e comercialização e os outros R$ 56,92 bilhões (+6,6%), a investimento.

COMPARAÇÃO ENTRE A INFLAÇÃO, A SELIC E AS TAXAS DE JUROS DO PLANO SAFRA 2020/2021



BRASIL: VALOR APLICADO NO CRÉDITO RURAL

(R$ BILHÕES)



*Valor programado
Fonte: MAPA

A capacidade dos títulos do agronegócio de suprir a necessidade de recursos para crédito continua sendo posta em jogo. As medidas da Lei nº 13.986/20, cujo texto está baseado na conhecida Medida Provisória nº 897/19 (MP do Agro), seguem em processo de regulamentação. O objetivo é ampliar o acesso do agronegócio aos recursos do mercado de capitais, inclusive fundos de investimento internacionais, como já mencionado anteriormente.

Os bancos afirmam que as operações de crédito rural são onerosas porque abrangem despesas com fiscalização no imóvel rural, elaboração de projetos, inadimplência, remuneração dos agentes etc. Além disso, existem dois pontos polêmicos que tornam o cenário ainda mais turvo. O primeiro, mais antigo, diz respeito ao fato de as instituições financeiras condicionarem a tomada de crédito agrícola à contratação de outros serviços bancários, como consórcios e seguros. E o segundo refere-se à recuperação judicial dos produtores rurais, o que traz grande insegurança jurídica a esse processo (esse assunto é tratado com mais detalhe no artigo da página 21).

AVANÇO NO SEGURO RURAL

O orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) é estimado em R$ 1,3 bilhão para 2021, contra R$ 955 milhões em 2020 – um crescimento de 36,1%. O MAPA tem como objetivo alcançar um orçamento de R$ 2,5 bilhões até 2023.

O seguro rural pode oferecer uma cobertura que atende, ao mesmo tempo, produtores, financiadores, investidores, parceiros de negócios etc. Todos estão interessados na diluição dos riscos da atividade.

O aplicativo do PSR desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) serve como ferramenta para conectar o agricultor com as seguradoras e levar informações ao agricultor sobre o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). ■